



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR
TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO - TCC**

**TURMA 07/2013
PÓLO: MONTES CLAROS**

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

ELIANE MARIA JOSÉ SENA SANTOS

BELO HORIZONTE, OUTUBRO 2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Pós-graduação em Educação, Conhecimento e Inclusão Social da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar.

Área de concentração: Gestão Escolar.

Orientadora: Professora Me Giselle Cristina Rodrigues

BELO HORIZONTE, OUTUBRO 2013

RESUMO

Tomando como alvo, um dos eixos norteadores para o desenvolvimento do Projeto Político Pedagógico de uma escola rural no município de Itamarandiba-Mg, o eixo Tempos e espaços escolares, este trabalho baseia-se em autores que estudaram e escreveram sobre o tema. Buscaremos identificar os prós e contras da extensão dos tempos, o espaço disponível nas escolas de hoje e os entraves que por vezes ocorrem, devido à inter-relação existente entre ambos; uma vez que para se fazer cumprir o tempo escolar faz-se necessário um espaço físico adequado que comporte a clientela. Procuraremos evidenciar neste trabalho, por meio da bibliografia pesquisada, que não há dissociação entre ambos e que tempos e espaços escolares estão intrinsecamente ligados. O espaço, aqui tratado, abrange todo o ambiente denominado escolar, desde as salas de aula até os muros que limitam a instituição. Entende-se que se o espaço físico seja capaz de acolher os alunos de forma cômoda isso venha a contribuir de maneira favorável para que o ensino/aprendizagem possa fluir de forma mais tranquila e natural.

Palavras-chaves: Tempos – Espaços -Aprendizagem

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	7
2. DESENVOLVIMENTO.....	10
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	15
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	16
ANEXO: Projeto Político Pedagógico.....	17

I-INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como base o Projeto Político Pedagógico realizado na Escola Municipal Flores do Campo, que é foco deste estudo. Essa escola está inserida numa comunidade do município de Itamarandiba, Minas Gerais, atendendo duzentos alunos da Educação infantil e Ensino Fundamental. Assim, considerando os eixos: Finalidade da educação, Estrutura organizacional, Estrutura organizacional administrativa, Estrutura organizacional pedagógica, Currículo, Processos de Decisão, Relações de Trabalho, Avaliação e Tempos e Espaços escolares do Projeto Político Pedagógico - PPP que norteiam o trabalho educacional da escola acima citada, no município de Itamarandiba, conhecendo a realidade da escola e sabendo do sistema de ensino em tempo integral nessa instituição, sinto-me motivada a aprofundar este estudo sobre os tempos e espaços escolares.

De acordo com as fontes consultadas buscaremos demonstrar a inter-relação existente entre os tempos e espaços escolares. Os tempos escolares estão diretamente ligados aos horários estabelecidos para o desenvolvimento das atividades que podem ser ministradas tanto dentro quanto fora das salas de aula; já os espaços oferecem um universo de ambientes sendo favoráveis à aprendizagem; ou seja, quando são ambientes educadores, possíveis de comportar os alunos para o desenvolvimento pleno das atividades propostas, quer sejam atividades de acompanhamento pedagógico, lúdicas ou esportivas, dentre outras. Será estabelecido um paralelo entre os espaços e tempos.

O estudo aqui iniciado será fundamentado em autores como: Luiz Carlos de Freitas, Inês Assunção de Castro Teixeira, Agustín Escolano, Resoluções da Secretaria do Estado de Minas Gerais, entre outros, que realizaram estudos aprofundados sobre o tema e colocados em contraste com o objeto desse estudo. Percebo que os alunos fazem do refeitório e pátio, entre outros espaços, lugares para conversas, brincadeiras e isolamento. Os professores também o fazem, ou seja, dão um novo significado a esses ambientes, transformando-os em salas de aula quando os utilizam com dinâmicas para aulas diferenciadas. Reconhecendo que os espaços educacionais transcendem a área física, determinada como área escolar,

abrangendo museus, praças escolares e o espaço social e o tempo cronológico; uma vez que ambos acontecem simultaneamente. O tempo, na sociedade atual, incute em todos, desde cedo, conceitos como continuidade linear, horários e rotinas. Essa rotina para as crianças está mediado pelo tempo escolar. E para Teixeira (1999)

Somos seres rítmicos, viventes num contexto polirrítmico que abarca das batidas do coração aos compassos musicais; da respiração aos rítmicos indicados nos calendários. Das cadências das ondas do mar, aos compassos das interações sociais; dos ritmos do crescimento das plantas aos das aprendizagens humanas; dos períodos do sono e da vigília às cadências do trânsito e das comunicações humanas. Uma combinação rítmica que exprime a coexistência de múltiplas temporalidades e a imbricação dos tempos da natureza humana e inumana em nossas vivências temporais (TEIXEIRA, 1999, p. 91).

Somos dependentes do tempo para realizarmos nossas tarefas cotidianas e, isso não é característica da sociedade contemporânea, uma vez que nossos antepassados utilizavam os fenômenos da natureza para se orientarem através do tempo, na realização dos trabalhos. Assim, com o surgimento do trabalho nas indústrias, o relógio ganhou o comércio para tornar o tempo dos empregados, mais mensurável. THOMPSON, 1998, nos fala que *“Até o rigor aplicado aos estudantes nas escolas era, na realidade, um tipo de criação de costume para a disciplina em suas atividades.”* Esse rigor ainda é percebido tanto no tempo de cinquenta minutos dispensados para cada disciplina ministrada quanto no tempo de ingresso na escola a partir dos seis anos de idade com previsão da organização do Ensino Fundamental em nove anos.

A Revista da Gestão Escolar, 2012, p.14, descreve os objetivos principais da legalização da ampliação do tempo de escolaridade e ingresso das crianças com seis anos de idade no Ensino Fundamental tendo como objetivos:

Oferecer maiores oportunidades de aprendizagem no período de escolarização obrigatória, já que prevê um aumento do tempo de escolaridade; Buscar assegurar uma maior permanência das crianças e, depois adolescentes, na escola, permitindo que alcancem maior nível de escolaridade, visto que as crianças ingressariam mais cedo no sistema escolar. (...) Além dessas preocupações, ainda há outra, de cunho social. O ingresso antecipado na escola atende a camadas menos favorecidas da população. (Revista da Gestão Escolar, 2012 p. 14-15)

II – DESENVOLVIMENTO

Atualmente temos verificado que o tempo escolar é insuficiente para se colocar em execução o que a cada ano é percebido nos currículos. São currículos abrangentes visando novos horizontes, ou seja, são incorporadas novas disciplinas, tudo isso para estabelecer uma caminhada paralela e não ficar para trás do que acontece simultaneamente. O tempo= chronos, que segue seu curso sem esperar por ninguém. Assim, a escola busca relacionar seu tempo ao tempo social. A Secretaria do Estado de Educação na Resolução de nº 2.197, em seu terceiro capítulo nos diz:

CAPÍTULO III DO CALENDÁRIO ESCOLAR

Art. 7º O Calendário Escolar deve ser elaborado pela Escola, em acordo com os parâmetros definidos em norma específica, publicada anualmente pela Secretaria de Estado de Educação – SEE, discutido e aprovado pelo Colegiado e amplamente divulgado, cabendo à Inspeção Escolar supervisionar o cumprimento das atividades nele previstas.

§ 1º Serão garantidos, no Calendário Escolar, os mínimos de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais, e de 833 horas e 20 minutos, para os anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. (SEE MG,nº 2.197, 2012).

Porém só aumentar o tempo não é garantia de que a aprendizagem aconteça. É preciso que haja engajamento coletivo de toda a comunidade escolar, sem excluir nenhum segmento da mesma, ressaltando aqui a importância da participação da família em parceria com a escola para que a aprendizagem aconteça de maneira eficaz. Sobre isso nos fala a Revista Gestão em rede.

A demanda por mais tempo para a educação é sempre legítima e altamente justificável ao se levar em conta a complexidade da sociedade e da dinâmica do mundo do conhecimento. (...) Foi considerando essa necessidade que a legislação educacional determinou a extensão de cento e oitenta para duzentos dias letivos de aulas (...), a instituição do tempo integral nas escolas, o que já vem sendo adotado por vários sistemas educacionais. (...) Porém, é preciso que se alerte: não é o tempo físico em si – ou seja, maior tempo de permanência na escola --- que garante a melhoria da qualidade do ensino e aprendizagem pelos alunos: é sim, o que se

faz do tempo que pode garantir os bons resultados. O bom uso do tempo, orientado para a realização de objetivos propostos torna-se uma condição fundamental para a qualidade do ensino. (Revista Gestão em rede, junho 2008, p.3)

Na Escola, foco deste estudo, o tempo está distribuído em duzentos dias letivos, quatro horas e dez minutos de aulas regulamentares e mais três horas para os alunos atendidos no Programa Mais Educação- Educação em tempo integral. Os vocábulos são diversos no âmbito escolar. Ciclos de formação, Progressão continuada, avaliação, promoção automática, reforço, programas de aceleração, Mais Educação (Programas do Governo Federal para a Educação Básica), todos com o objetivo de favorecer o aluno, fazer com que ele conclua com êxito os estudos, que recupere o tempo perdido e, nesse último, adicionando mais tempo ao tempo regular.

Percebe-se que ainda há muito que se aprender no que se refere a esses programas/projetos, pois se há mudanças nas formas de acompanhar, avaliar e promover há também que se reformular estruturas escolares como: currículos e o cotidiano dos discentes e docentes. No entanto, nota-se, que todos esses projetos, programas e sistemas estão esbarrando em um obstáculo, que por vezes, interferem no desenvolvimento dessas novas formas de acompanhamento pedagógico. O Obstáculo aqui citado é o espaço físico limitado para o desenvolvimento das aulas extraclasse, como atividades esportivas e/ou artísticas, dentre outras. Com o acréscimo do tempo escolar proveniente da implantação do tempo integral a Escola Flores do Campo, almejou ampliar a carga horária, ou seja, o tempo de permanência dos alunos em espaços escolares, no intuito de desenvolver atividades extracurriculares que os articulem melhor em nosso contexto social/histórico. Sejam algumas das principais atividades ofertadas: **acompanhamento pedagógico** (obrigatório), resgatar a cultura local através do **artesanato e artes cênicas**, incluir o aluno na **cultura digital**, conscientizar e agir em prol do **meio ambiente e desenvolvimento sustentável, futebol** entre outras atividades.

A Resolução da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais SEE/MG, nº 21 de 22 de junho de 2012 nos diz,

considerando a necessidade de estimular a ampliação da jornada e da utilização dos espaços escolares para o mínimo de sete horas diárias, em conformidade com o Programa Mais Educação, visando à implementação de acompanhamento pedagógico; educação ambiental e desenvolvimento sustentável; esporte e lazer; educação em direitos humanos; cultura; artes e educação patrimonial; cultura digital; prevenção de doenças e promoção da saúde; comunicação e usos de mídias; investigação no campo das ciências da natureza; educação econômica/economia criativa; agroecologia; iniciação científica e memória e história das comunidades tradicionais. (Resolução SEE/MG nº 21 de 22 de junho de 2012).

O Programa acima citado foi implantado na Escola em estudo no segundo semestre do ano de dois mil e doze e, se por um lado gera novas expectativas, e oferece oportunidades de novos saberes, gera entraves provenientes do espaço limitado. A falta de espaço adequado para que sejam ministradas as atividades artísticas e esportivas no tempo integral apresenta obstáculos para o bom desempenho dos monitores e alunos. Entende-se que o espaço físico apropriado favorece o bom desempenho tanto do docente quanto do discente e quando se trata de trabalhos coletivos, há que se preverem condições favoráveis que assegurem a integralidade da educação. Um resultado positivo exige que as atividades adicionais precisem estar vinculadas ao projeto pedagógico da escola, para que essas atividades não se tornem insignificantes e, que o aluno ganhe com essa extensão do horário.

Hoje, o que espera de um profissional é que o mesmo seja capaz de demonstrar habilidade intelectual e apresente um comportamento que é esperado e conseqüentemente desenvolvido na Educação Básica, como: raciocínio lógico, capacidade de comunicação verbal e escrita, capacidade de resolução de problemas, trabalho em equipe, responsabilidade, raciocínio abstrato, auto aperfeiçoamento, equilíbrio emocional, senso crítico, ética, aprimoramento da ação participativa na vida comunitária, entre outras capacidades. Espera-se ainda, que esses profissionais atendam ao mercado de trabalho, além da qualificação, contribua para a alta produtividade e, tudo isso está nas entrelinhas do tempo escolar. Há a necessidade de fazer com que os alunos se apropriem do saber se inteirando dos problemas que envolvem a sociedade no tempo-espaço. E o tempo escolar aqui entendido,

caracteriza o período de vivência pedagógica que representa significado para toda a vida.

No entanto, o que se percebe são turmas com número de alunos acima do que está previsto no Conselho Nacional de Educação (CNE), acarretando transtornos no desenvolvimento das atividades previstas em sala de aula; impossibilitando o bom andamento da aula e obtenção de resultados nada desejáveis, ou seja, o contrário do que está previsto na lei acima citada. Os problemas provenientes da superlotação das salas de aula refletem no docente que fica frustrado em não obter resultados positivos no desenvolvimento das suas atividades, pois, em uma sala de aula com quarenta alunos não há como desenvolver um trabalho com a qualidade que se desenvolveria numa turma com vinte alunos. Assim, entende-se que a formação cidadã fica aquém do que se espera. Segundo a LDB 9394/96, (...) “a educação escolar deve vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social, tendo como finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para a cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Escolano, 1998, contribui afirmando o que é determinado na Lei.

Nem o espaço, nem o tempo escolares são dimensões neutras do ensino, simples esquemas formais ou estruturas vazias da educação. Ao contrário, afirma que operam como uma espécie de discurso que institui, em sua materialidade, um sistema de valores, um conjunto de aprendizagens sensoriais e motoras e uma semiologia que recobre símbolos estéticos, culturais e ideológicos. (ESCOLANO, 2001, p. 45)

Entendendo os tempos e espaços escolares como uma semiologia para além dos “símbolos estéticos, culturais e ideológicos” percebemos sua importância que ultrapassa a instituição que abriga indivíduos por quatro horas e dez minutos diários. Quando há conexão eficaz com a comunidade, o fazer educativo envolve a todos uma vez que se percebe que o aprendizado não se restringe à escola em particular; ele é constituído no seio familiar, no convívio com os amigos e vizinhos, festas particulares e da comunidade. Os espaços comunitários contribuem no desenvolvimento da educação integral das crianças quando são utilizados para a realização de ações complementares à

escola, ajudando a desenvolver conhecimentos, os valores, socialização, valorizar o local, a explorar a ludicidade, habilidades artísticas e esportivas. A organização dos espaços e materiais finaliza em instrumentos fundamentais para a ação educativa das crianças.

Há uma disparidade na disputa entre escola e sociedade. Enquanto essa última oferece ao aluno um universo de atrativos, a escola, em desvantagem, busca atrair esses alunos para frente dos livros e quadros em espaços nada condizentes com o que eles gostariam. E ainda ao profissional da educação são exigidas competências que estão entre adequar conteúdos ao tempo e espaço disponíveis a manter o aluno na escola. Freitas, 2003 vem nos explicar que:

O espaço mais conhecido da escola é a sala de aula e o tempo é a seriação das atividades e dos anos escolares. A primeira questão a ser discutida é como se organizam os tempos e espaços da escola? Esses espaços e tempos são organizados incorporando determinadas funções sociais. A escola não é um espaço ingênuo, ela tem uma função social a cumprir.

A escola ocupa um espaço que precisa se adequar para atender a complexidade do tempo atual. Ela, a escola, tem o dever de preparar intelectualmente, a partir do conhecimento produzido e acumulado historicamente, os estudantes no mundo em contínuo movimento e transformações e ser capaz de acompanhá-lo. Para tanto o currículo precisa ser flexível e estar coerente com a realidade social. A interdisciplinaridade partindo do princípio de um diálogo entre conhecimentos deve ocorrer para que o aluno perceba que os seus estudos estão intimamente ligados com a realidade que o cerca. Não basta relacionar conteúdos; há que se fazer um trabalho para além das relações conteudistas. Que seja um trabalho voltado para a vivência e as necessidades cotidianas do aluno; para que o aluno conceba o conteúdo como um conhecimento unitário e não fragmentado. Assim, o que se prega e o que se vive tomam forma real ganhando significado para que os alunos percebam o que está sendo estudado, fazendo parte do que ele presencia no seu meio familiar e comunitário (social).

III - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme os autores que ofereceram suporte a nossa incipiente discussão, foi possível desnudar a compreensão no quadro geral da situação na educação brasileira. Entretanto, o campo é mais amplo que o alcance deste estudo, partindo da experiência pessoal somada à teoria, é possível vislumbrar e entender a organização da educação brasileira. No que condiz o tempo e o espaço das instituições percebe-se que a onipresença do tempo em todo espaço, não deve ser ignorada. E para tanto, o trabalho desenvolvido na escola deve buscar coerência com a sociedade para não atender apenas às necessidades de produtividade e técnicas que atenda o mundo do trabalho remunerado e forme cidadãos que se tornem um fracasso para a sociedade como um todo.

A educação escolar não está confinada a uma sala de aula; dentro do seu tempo, suficiente ou não, precisa alinhar-se à complexidade atual e como não há desempenho unificado, respeitar o ritmo de cada aluno. O aluno é um ser social; inseparável do que acontece a sua volta; e, para tanto, não poderá ser indiferente aos acontecimentos e transformações decorrentes do tempo. Diante da análise aqui realizada e a certeza da continuidade de estudos futuros acerca do tema aqui tratado espera-se que a Escola Municipal Flores do Campo possa se adequar aos espaços e tempos dentro dos quais trabalha e que, essa adequação não seja de conformidade com o espaço arquitetônico limitado como a realidade atual mostra e sim, buscando junto ao poder público, através de ofícios direcionados aos órgãos competentes, formação de grupos da comunidade escolar, que atuem juntamente a esses órgãos reivindicando os direitos estabelecidos na Lei para e assim, se faça cumprir o que é necessário para o desenvolvimento global do alunado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

BONAMINO, Alícia, FRANCO, Creso. **Avaliação e política educacional: o processo de institucionalização do SAEB. Departamento de Educação – PUC-RJ** Caderno de Pesquisa, nº 108, Nov. 1999. São Paulo

ESCOLANO, Agustín. Currículo, espaço e subjetividade: a arquitetura como programa. **Rio de Janeiro: 2001**

FREITAS, Luiz Carlos de “**CICLOS, SERIAÇÃO E AVALIAÇÃO-CONFRONTO DE LÓGICAS**”, Moderna, SP, 2003.

RESOLUÇÃO SEE/MG Nº 21, 22 de junho de 2012.

RESOLUÇÃO SEE/MG Nº 2.197, 26 de outubro de 2012.

Revista Gestão em rede, junho de 2008.

Revista da Gestão Escolar, p. 14-15 SIMAVE PROALFA 2012

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. **Cadências escolares, ritmos docentes. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 87-108, jul./dez. 1999.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In.: --
-. Costumes em comum. Trad. Rosaura Eicheberg. Editora Schwarcz, São Paulo:1998.p. 267 – 304.

ANEXOS



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO-FAE
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR
PROJETO VIVENCIAL**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA MUNICIPAL FLORES DO CAMPO**

**ELIANE MARIA JOSÉ SENA
MARIA LÚCIA SANTOS
RAQUEL DIAS GOMES**

BELO HORIZONTE

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS-UFMG
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO (LATU SENSU) EM GESTÃO ESCOLAR**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO
DA ESCOLA MUNICIPAL FLORES DO CAMPO**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Assistente Giselle Cristina Rodrigues do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

BELO HORIZONTE

2013

SUMÁRIO

1- <u>INTRODUÇÃO</u>	<u>03</u>
2. <u>FINALIDADE DA EDUCAÇÃO</u>	<u>07</u>
3. <u>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL</u>	<u>08</u>
3.1. <u>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL ADMINISTRATIVA</u>	<u>08</u>
3.2. <u>ESTRUTURA ORGANIZACIONAL PEDAGÓGICA</u>	<u>09</u>
4. <u>CURRÍCULO</u>	<u>10</u>
5. <u>TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES</u>	<u>11</u>
6. <u>PROCESSOS DE DECISÃO</u>	<u>12</u>
7. <u>RELAÇÕES DE TRABALHO</u>	<u>13</u>
8. <u>AVALIAÇÃO</u>	<u>14</u>
9- <u>REFERÊNCIAS</u>	<u>16</u>

1-INTRODUÇÃO

A Escola Municipal Flores do Campo ao elaborar seu Projeto Político Pedagógico, em 2013, tem como prioridade a formação holística do aluno, preparando-o para atuar na sociedade como mulheres e homens de bem, com participação ativa, reflexiva e crítica que leva à transformação das realidades na construção de um mundo melhor, intervindo e trabalhando as possíveis causas que alimentam os problemas que impedem o percurso bem sucedido da comunidade.

A Escola oferece para a comunidade local os anos iniciais de alfabetização do Ensino fundamental, no turno matutino funcionam os quartos e quintos anos e no turno vespertino o primeiro ano, o segundo e o terceiro ano de ensino fundamental. Dessa forma a escola propõe a trabalhar as questões fundamentais dentro de um currículo complexo e inovador, buscando a interdisciplinaridade entre os conteúdos das diversas áreas de conhecimento, através dos eixos e capacidades específicas à aquisição da leitura, escrita, análise, interpretação de textos, cálculos, raciocínio lógico matemático juntamente com a formação humana, afetiva, social, moral, intelectual, cultural e política.

A preocupação dos profissionais da instituição é oferecer uma educação de qualidade, com um ambiente acolhedor e agradável, conhecendo a realidade de cada aluno, buscando uma relação mais íntima com a família. Quanto à proposta pedagógica da escola para cada ciclo do Ensino Fundamental, a escola segue também a resolução proposta para um bom desenvolvimento do aluno e assegurar universalização ao ensino, de acordo com a Resolução 2197/2012, a

A Escola Municipal Flores do Campo, foi criada pelo decreto nº 1. 249 de 18 de setembro de 1989 e autorizado o seu funcionamento pela portaria 09/89, publicada no diário MG de 03/09/89 tendo prédio próprio, situado à Rua Belo Horizonte, 89, Bairro Bromélias em Itamarandiba, onde a comunidade é de poder aquisitivo baixo e a maioria das pessoas não possui ensino fundamental completo. Encontra-se em boas condições de funcionamento. Possui uma cozinha com um fogão industrial, um congelador pequeno e um freezer. Cinco salas de aula bem amplas com quadros e mobiliários em bom estado de conservação. Uma sala de leitura pequena e com poucos livros literários. Um salão de reuniões. Uma secretaria e diretoria equipadas com computadores e internet. Um pátio com mobiliário próprio para as refeições e uma sala com computadores e acesso a internet para uso dos alunos. Oferece o ciclo inicial e complementar da alfabetização do ensino fundamental.

Atualmente, a Escola Flores do Campo está funcionando com cinco turmas de ciclo complementar da alfabetização do Ensino Fundamental no turno matutino

ministrando quatro horas e dez minutos de aulas diárias incluindo Educação Religiosa e Educação Física. No turno vespertino são cinco turmas de ciclo inicial da alfabetização do Ensino Fundamental ministrando quatro horas e dez minutos de aulas diárias incluindo Ed. Religiosa e Ed. Física.

Em 2013, encontram-se matriculados e freqüentes nesta instituição duzentos e trinta alunos ao total, sendo cento e trinta e nove alunos no turno matutino divididos em: quarto ano A (ciclo complementar) com trinta e um alunos, quarto ano B(ciclo complementar) com vinte e nove alunos, dois quintos anos A e B (ciclo complementar) com vinte e seis alunos e o quinto ano C (ciclo complementar) com vinte e sete alunos. No turno vespertino são noventa e um alunos divididos em: primeiro ano (ciclo inicial) com dezessete alunos, segundo ano A (ciclo inicial) com vinte e um alunos, segundo ano B (ciclo inicial) com dezenove alunos, terceiro ano A (ciclo inicial) com dezoito alunos e o terceiro ano B(ciclo inicial) com dezesseis alunos. A escola oferece educação em tempo integral para 64 alunos, que ficam na escola 07 horas diárias. O problema enfrentado nessa modalidade de educação é a falta de espaços adequados para realização das atividades como esporte, artesanato, entre outros.

Enfim as políticas educacionais precisam ser coerentes com as necessidades da sociedade. Para isso tanto gestores educacionais, quanto professores e equipe pedagógica cumpram o seu importante papel em suas instituições usando seu conhecimento acadêmico e de aperfeiçoamento num contexto democrático, fazendo com que aconteça a escola cumpra suas finalidades, buscando parcerias com comunidade local, e principalmente com as famílias, tornando uma gestão transparente e com objetivos comuns a todos e o mais importante, que o aluno tenha um desenvolvimento pleno e seja preparado para viver e conviver no mundo globalizado.

Quanto ao quadro de ensino-aprendizagem e diante da perspectiva de se atingir um patamar evolutivo torna-se imprescindível voltar nossos olhares para a prática didática- pedagógica, viabilizando meios e articulando estratégias de elevar à baixa auto-estemas do aluno e de profissionais. Esse compromisso deve abranger toda a comunidade escolar para que se possa alcançar as metas previstas para este educandário.

II- FINALIDADES DA EDUCAÇÃO.

A Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2001-2011), trazem em seus textos o relato que “O Estado é responsável pela garantia do direito à educação de qualidade.” E para que a qualidade da aprendizagem ocorra de forma satisfatória, faz-se necessária uma reestruturação na gestão das escolas públicas brasileiras. Diante das transformações ocorridas no âmbito econômico, social, político e cultural, a escola vem sendo questionada acerca de suas funções, pois, o panorama mundial, desenhado pela globalização e pelo capitalismo cria novas demandas e exigem dos profissionais da educação uma mudança de postura e a criação de novos métodos de ensino que atendam indivíduos com novos hábitos e costumes onde a tecnologia se faz presente. A escola precisa direcionar suas finalidades educativas para os interesses do mercado mundial que requer trabalhadores flexíveis e polivalentes, capazes de acompanhar as mudanças que ocorrem rapidamente e simultaneamente em todo o mundo. Nas últimas décadas, a educação foi reposicionada como prioridade para os governantes na América Latina. Atitude esta, que possibilita a implantação de políticas voltadas para a qualidade e a equidade da educação, através de uma gestão democrática, descentralizadora e autônoma.

A escola tem como meta a igualdade de direitos entre cidadãos, baseados nos princípios democráticos, respeitando as diversidades culturais, regionais, étnicas e políticas, onde a educação possa atuar decisivamente no processo de construção da cidadania. Por isso, trabalha com a idéia de difundir nos educandos os valores: respeito, solidariedade, honestidade, disciplina, diálogo, amizade, entre outros, pois os mesmos foram assolados na sociedade contemporânea.

A gestão democrática do ensino público e a autonomia pedagógica das unidades escolares estão previstas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, LDB 9394/96. Uma das metas do Plano Nacional de Educação (2001), “é promover a participação da comunidade na gestão das escolas”. O ensino fundamental de nove anos foi implantado de acordo com o parecer CNE/CEB nº 11/2010 e Com o objetivo de ampliar e intensificar gradativamente o processo educativo com qualidade social e também dando a oportunidade de aprender através do desenvolvimento do domínio da escrita, leitura e cálculos.

2- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

2.1 Estrutura Organizacional Administrativa

A Escola Municipal Flores do Campo possui 100% dos seus profissionais habilitados, em formação continuada, aptos a desenvolver seu trabalho com segurança e com práticas pedagógicas capazes fomentar a criatividade e direcionar a construção do conhecimento. A instituição conta com um quadro funcional de treze professores - PEB I, sendo que onze deles são efetivos, todos com mais de dez anos de experiência, todos graduados e pós-graduados na área da educação. No turno matutino os professores atuam no ciclo complementar conforme sua maior experiência e conveniência pedagógica as professoras de Educação religiosa, professor assistente e de Educação física ministram suas aulas nos dois turnos em horários estipulados pela escola. No turno vespertino as professoras foram previamente selecionadas e em concordância com ambas as partes atuam no ciclo inicial de alfabetização respeitando o perfil adequado de cada turma e professor. A escola conta ainda com o auxílio de professores que se encontram em ajustamento funcional na organização da secretaria escolar exercendo a função de auxiliar de secretaria, professor recuperador e auxiliar de leitura.

Os auxiliares de serviços gerais são seis, três efetivos e três designados divididos nos dois turnos, são comprometidos com os seus trabalhos e também ajudam no trabalho de socialização que a escola vem realizando.

A escola comporta somente uma especialista da educação básica, efetiva. A mesma cumpre sua jornada de trabalho de quarenta horas nos Módulos I e II.

2.2 – Estrutura Organizacional Pedagógica

A Gestão pedagógica na unidade escolar é organizada pela diretora da escola graduada e pós-graduada na área da educação, com vinte e sete anos de experiência no ensino fundamental, onde participa das orientações proferidas pela SRE e SME, repassando através de reuniões administrativas e pedagógicas periodicamente ou toda vez que houver necessidade com todos os funcionários de ambos os turnos, além de realizar todas as tarefas na parte administrativa. No turno matutino as práticas pedagógicas específicas são direcionadas pela pedagoga em conjunto com as professoras em encontros e visitas às salas de aulas. A vice-diretora também graduada e pós-graduada na área de educação com experiência de dezenove anos

nos anos iniciais de alfabetização e também em supervisão pedagógica, além de outras atribuições delegadas pela gestora, em conjunto com a diretora realizando encontros com os professores e visitas nas salas de aulas para o efetivo acompanhamento do desenvolvimento pedagógico.

A escola vem promovendo eventos como: festas, apresentações culturais, palestras em parceria com instituições municipais ou estaduais, com a intenção de aproximação da família escola. A comunidade ainda cultiva a cultura que a educação é responsabilidade somente da escola. A escola pode observar alguns avanços ainda tímidos em relação à presença total de pais.

A metodologia adotada na escola é sugerida pela equipe de analistas da SRE e especialistas da SME, posteriormente é analisada pela gestão pedagógica e professores e ajustada adequadamente às necessidades reais da instituição. Esta instituição vem realizando um projeto de informática, principalmente nos anos iniciais, onde o próprio professor regente ministra uma aula de 50 minutos por semana. Os planos de aulas são feitos pelos professores diariamente ou semanalmente, de acordo com os eixos e capacidades propostos pela SEE nas Matrizes de referência do ano em que está atuando, são materiais de apoio para o professor: o guia de alfabetização, os livros didáticos e outros.

4. CURRÍCULO

O currículo constitui o elemento central do projeto pedagógico político pedagógico, pois este viabiliza o processo de ensino aprendizagem, e aliado à realidade da instituição, define o ponto de partida das práticas pedagógicas. Para Moreira e Silva (1997), “o currículo é um terreno de produção e de política cultural, no qual os materiais existentes funcionam como matéria prima de criação e recriação e, sobretudo, de contestação e transgressão”. (MOREIRA E SILVA 1997, p. 28). Para Sacristán (1999)

O currículo é a ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (idéias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições. SACRISTÁN (1999, p. 61).

É possível notar que tanto na visão de Sacristán como na visão de Moreira e Silva, o currículo é o solo fértil no qual o trabalho pedagógico deve ser

cultivado com organização e flexibilidade, possibilitando a ligação entre escola e sociedade, cultura e construção de identidades. Nessa perspectiva, a Escola Municipal Flores do Campo constitui seu currículo baseado na realidade local. Os conteúdos ministrados como base comum da SME são: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, História, Geografia, Língua Inglesa, Literatura, Artes, Educação Religiosa, Educação Física e como Parte diversificada: Informática Educacional, Saúde e Meio ambiente.

Art. 56 da Resolução SEE/MG nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 diz que

O currículo da Educação Básica configura-se como o conjunto de valores e práticas que proporcionam a produção e a socialização de significados no espaço social, contribuindo, intensamente, para a construção de identidades socioculturais do educando. (SEE, 2012).

Portanto, o currículo deve voltar-se para as reais necessidades do aluno numa visão ampla, deve ser flexível despertando no aluno a participação, a criatividade garantindo o êxito do processo educativo na formação do ser humano onde desenvolva habilidades, atitudes, competências, valores contextualizando os conhecimentos não só para a vida escolar, mas para a vida em sociedade no exercício da cidadania. Abolir preconceitos, trabalhar a solidariedade com espírito de coletividade, o respeito com próximo e o meio ambiente, conscientizando aos alunos para serem agentes transformadores do meio em que vivem, tornando a aprendizagem significativa abordando todos os conteúdos de forma interdisciplinar. A escola zela pelo cumprimento das Leis Educacionais que a regem, neste sentido as práticas pedagógicas estarão amparadas na Resolução da Secretaria Estadual nº 2.197, de 26 de outubro de 2012, estabelece que:

As Escolas da Rede Municipal de Ensino adotarão, como norteadores de suas ações pedagógicas, os seguintes princípios:

I - Éticos: de justiça, solidariedade, liberdade e autonomia; de respeito à dignidade da pessoa humana e de compromisso com a promoção do bem de todos, contribuindo para combater e eliminar quaisquer manifestações de preconceito de origem, gênero, etnia, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação;

II - Políticos: de reconhecimento dos direitos e deveres de cidadania, de respeito ao bem comum e à preservação do regime democrático e dos recursos ambientais; da busca da equidade e da exigência de diversidade de tratamento para assegurar a igualdade de direitos entre os alunos que apresentam diferentes necessidades;

III - Estéticos: do cultivo da sensibilidade juntamente com o da racionalidade; do enriquecimento das formas de expressão e do exercício da criatividade; da valorização das diferentes manifestações culturais, especialmente, a da cultura mineira e da construção de identidades plurais e solidárias.

Parágrafo único. Na Educação Básica, as dimensões inseparáveis do educar e do cuidar deverão ser consideradas no desenvolvimento das ações pedagógicas, buscando recuperar, para a função social desse nível da educação, a sua centralidade, que é o educando. (SEE/MG-2012)

I - 1º Ano:

- a) desenvolver atitudes e disposições favoráveis à leitura;
- b) conhecer os usos e funções sociais da escrita;
- c) compreender o princípio alfabético do sistema da escrita;
- d) ler e escrever palavras e sentenças.

II - 2º Ano:

- a) ler e compreender pequenos textos;
- b) produzir pequenos textos escritos;
- c) fazer uso da leitura e da escrita nas práticas sociais.

III - 3º Ano:

- a) ler e compreender textos mais extensos;
- b) localizar informações no texto;
- c) ler oralmente com fluência e expressividade;
- d) produzir frases e pequenos textos com correção ortográfica.

§ 1º Ao final do Ciclo da Alfabetização, todos os alunos devem ter consolidado as capacidades referentes à leitura e à escrita necessárias para expressar-se, comunicar-se e participar das práticas sociais letradas, e ter desenvolvido o gosto e apreço pela leitura.

§ 2º Ao final do Ciclo da Alfabetização, na área da Matemática, todos os alunos devem compreender e utilizar o sistema de numeração, dominar os fatos fundamentais da adição e subtração, realizar cálculos mentais com números pequenos, dominar conceitos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e resolver operações matemáticas com autonomia.

Art. 62 O Ciclo Complementar, com o objetivo de consolidar a alfabetização e ampliar o letramento, terá suas atividades pedagógicas organizadas de modo a assegurar que todos os alunos, ao final de cada ano, tenham garantidos, pelo menos, os seguintes direitos de aprendizagem:

I - 4º ano:

- a) produzir textos adequados a diferentes objetivos, destinatários e contextos;
- b) utilizar princípios e regras ortográficas e conhecer as exceções;
- c) utilizar as diferentes fontes de leitura para obter informações adequadas a diferentes objetivos e interesses;
- d) selecionar textos literários segundo seus interesses.

II - 5º Ano:

- a) produzir, com autonomia, textos com coerência de ideias, correção ortográfica e gramatical;
- b) ler, compreendendo o conteúdo dos textos, sejam informativos, literários, de comunicação ou outros.

§ 1º Ao final do Ciclo Complementar, todos os alunos deverão ser capazes de ler, compreender, retirar informações contidas no texto e redigir com coerência, coesão, correção ortográfica e gramatical.

§ 2º Ao final do Ciclo Complementar, na área da Matemática, todos os alunos devem dominar e compreender o uso do sistema de numeração, os fatos fundamentais da adição, subtração, multiplicação e divisão, realizar cálculos mentais, resolver operações matemáticas mais complexas, ter conhecimentos básicos relativos a grandezas e medidas, espaço e forma e ao tratamento de dados em gráficos e tabelas.

Art. 63 A programação curricular dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, tanto no campo da linguagem quanto no da Matemática, deve ser estruturada de forma a, gradativamente,

ampliar capacidades e conhecimentos, dos mais simples aos mais complexos, contemplando, de maneira articulada e simultânea, a alfabetização e o letramento.

Art. 64 Na organização curricular dos ciclos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, os Componentes Curriculares devem ser abordados a partir da prática vivencial dos alunos, possibilitando o aprendizado significativo e contextualizado:

I - Os eixos temáticos dos Componentes Curriculares Ciências, História e Geografia devem ser abordados de forma articulada com o processo de alfabetização e letramento e de iniciação à Matemática, crescendo em complexidade ao longo dos Ciclos.

II - A questão ambiental contemporânea deve ser abordada partindo da realidade local, mobilizando as emoções e a energia das crianças para a preservação do planeta e do ambiente onde vivem.

III - O Componente Curricular Arte deve oportunizar aos alunos momentos de recreação e ludicidade, por meio de atividades artístico-culturais.

VI - O Ensino Religioso deve reforçar os laços de solidariedade na convivência social e de promoção da paz.

Art. 65 A Escola deve, ao longo de cada ano dos Ciclos da Alfabetização e Complementar, acompanhar, sistematicamente, a aprendizagem dos alunos, utilizando estratégias e recursos diversos para sanar as dificuldades evidenciadas no momento em que ocorrerem e garantir a progressão continuada dos alunos. (SEE/MG-2012)

5. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES

Quanto à organização dos tempos escolares, o calendário é elaborado pela equipe pedagógica da secretaria Municipal de Educação e adequado à realidade da escola pelos Conselhos Escolar. A Secretaria Municipal de Educação baseia-se nas normas estabelecidas pelo Estado de Minas Gerais, Resolução SEE nº 2.197, de 26 de outubro de 2012 que, por sua vez, baseia-se na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96:

O Calendário Escolar deve ser elaborado pela Escola, em acordo com os parâmetros definidos em norma específica, publicada anualmente pela Secretaria de Estado de Educação – SEE, discutido e aprovado pelo Colegiado e amplamente divulgado, cabendo à Inspeção Escolar supervisionar o cumprimento das atividades nele previstas.

§ 1º Serão garantidos, no Calendário Escolar, o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e carga horária de 800 horas, para os anos iniciais. (SEE,2012).

A jornada diária e de 4 horas diárias e 10 minutos de intervalo para lanche. Para otimizar o tempo em sala de aula, cada professor organiza um quadro de horários que, de acordo com a grade curricular, organiza o tempo destinado a cada disciplina diariamente. A rotina conta também com interdisciplinaridade e a flexibilidade para atender às necessidades. Pois para Petitat (1994) “A vida escolar não segue o ritmo de promoções anuais e de exames destinados a verificar a assiduidade do estudante e afastá-lo em caso de mau resultado.” (PETITAT, 1994, p. 60). Para isso, é preciso adequar rotina e flexibilidade para não deixar de atender os alunos em suas especificidades, mas também não cair no descaso com a organização do tempo em sala de aula. E para Teixeira (1999)

Somos seres rítmicos, viventes num contexto polirrítmico que abarca das batidas do coração aos compassos musicais; da respiração aos rítmicos indicados nos calendários. Das cadências das ondas do mar, aos compassos das interações sociais; dos ritmos do crescimento das plantas aos das aprendizagens humanas; dos períodos do sono e da vigília às cadências do trânsito e das comunicações humanas. Uma combinação rítmica que exprime a coexistência de múltiplas temporalidades e a imbricação dos tempos da natureza humana e inumana em nossas vivências temporais (TEIXEIRA, 1999, p. 91).

Quanto à organização dos espaços, os alunos utilizam com tranquilidade todos os espaços como sala de aula, pátio, refeitório, laboratório de informática, biblioteca, corredores. Embora não seja um espaço totalmente adequado para acessibilidade, não problemas com a locomoção e ocupação dos espaços destinados às atividades escolares. O planejamento dos professores é realizado por eles de acordo com os eixos e capacidades, que são organizados anualmente, divididos bimestralmente e reestruturados semanalmente ou diariamente de acordo com nível de desenvolvimento de cada turma. Para cumprir os objetivos propostos os professores devem estar sempre se atualizando através de encontros com outros professores, cursos de capacitação oferecidos pela Secretaria Municipal de Educação em parceria com a Superintendência Regional de Ensino. Os professores do ciclo inicial de alfabetização irão participar em 2013, de um curso oferecido pela SEE, Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC) que tem como prioridade a alfabetização dos alunos até 08 anos de idade. O governo disponibilizará materiais didáticos voltados para alfabetização, livros literários, melhorias para a gestão e bolsa de auxílio para os professores.

6. PROCESSOS DE DECISÃO

O processo de decisão é algo complexo nas instituições escolares. São essas decisões tomadas em tempo hábil e com as ações corretas que determinam o bom funcionamento da escola. O processo de tomada de decisão, para Bazerman (2004), “é baseado em um conjunto de premissas que determinam como uma decisão deve ser tomada e não como a decisão é tomada”. (BAZERMAN, 2004.p.16.) esse como tomar uma decisão às vezes dificulta o direcionamento e o funcionamento das ações quando dependem apenas de um indivíduo. Por isso a importância da gestão compartilhada, democrática, onde as discussões traçam um direcionamento das decisões a serem tomadas.

A equipe gestora da escola Municipal Flores do Campo desenvolve um trabalho coletivo e o processo de tomada de decisão pauta-se em pontos de vista dos diferentes segmentos da comunidade representados pelo Conselho Escolar e da Diretoria da Unidade Executora. O Decreto Municipal 3238/2012

O conselho Escolar é um órgão construtivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador, para assuntos administrativos, pedagógicos e comunitários, cujas decisões servirão de recomendação para a gestão da Unidade Escolar. (DECRETO 3238/2012, ART.1º)

O papel do Conselho Escolar é fundamental para garantir a democratização da gestão educacional e sua eficácia, garantindo que a finalidade da educação seja cumprida. Pois, o Conselho Escolar constitui o elo entre todos os envolvidos no processo de construção do conhecimento sendo um instrumento de tomada de decisões coletivas, visando à satisfação do todo. A criação dos conselhos escolares com a participação das comunidades escolar e local, dos docentes e profissionais da educação facilita a redemocratização do ensino através da construção e execução coletiva do projeto político pedagógico. Ações como a elaboração do calendário escolar, discussão das formas de recuperação, socialização do rendimento escolar dos alunos, estabelecimento e monitoramento das metas de ensino da instituição contribuem para a uma educação adequada à realidade social a qual a escola está inserida.

A escola está inserida em uma comunidade periférica e atende uma grande diversidade de pessoas com interesses semelhantes, porém cada um com suas necessidades específicas, exigindo da instituição flexibilidade e agilidade nas tomadas de decisões. Decisões essas que devem representar a vontade de todos os

segmentos, assim como atender as especificidades de cada um deles. Nesse sentido, o trabalho dentro a instituição requer descentralização de poder, organização, planejamento coletivo das ações desenvolvidas no dia a dia e a priorização das demandas conforme as decisões do grupo. Para tanto, esse grupo precisa de pessoas dispostas a discutir, opinar, confrontar opiniões e chegando a uma decisão que atenda não apenas um determinado grupo, mas toda a comunidade escolar, especialmente o aluno. Da mesma forma, problemas que norteiam o ambiente escolar devem ser discutidos, para que vislumbrados de diferentes pontos de vista, tenham soluções eficazes para sua resolução.

Além disso, as decisões tomadas pelo grupo (Equipe Gestora, Conselho Escolar e Unidade Executora) devem levar em consideração o regimento escolar e também a rede municipal de ensino que tem seus princípios ligados aos da Secretaria Estadual de Educação e nas leis que regem o país.

7. RELAÇÕES DE TRABALHO

A Escola Municipal Flores do Campo, apresenta uma composição de educandos com uma enorme bagagem desfavorável à solidariedade, ao desenvolvimento dos valores éticos e morais para uma convivência saudável em sociedade. Os profissionais da escola em geral se movem diariamente para reverter o quadro desta realidade dentro da escola. Constantemente reúnem-se para elaborar projetos de acolhimento para os alunos, estratégias de incentivos e rodas de conversas destacando a importância dos valores para uma boa convivência. Com objetivo de plantar a semente da solidariedade e frutificar em seus lares. A disciplina da escola de uma forma geral é mantida pela gestão escolar, baseada no regimento da escola, e cada funcionário é responsável pela qualidade de seu trabalho.

A família dos alunos mais carentes não mantém nenhum tipo de relação com a Escola, tornando um pouco mais difícil o trabalho de socialização que a escola vem desenvolvendo ao longo dos anos. A participação dos pais na escola ainda está defasada. Geralmente os pais que acompanham seus filhos diariamente são os que participam de todas as atividades realizadas pela escola. Portanto, a escola tem como objetivo a conscientização sobre a importância da família na escola e já vem realizando monitoramento, dinâmicas para diversificar as reuniões e reconhecimento aos pais que sempre participam das atividades escolares.

Em relação ao convívio dos funcionários da escola é harmônico, cada um cumprindo sua função, com um único objetivo o desenvolvimento pleno do aluno.

A equipe de professores é graduada, mas a formação continuada e a capacitação constante são assuntos complexos. Embora todos busquem cumprir as metas estabelecidas pela equipe, a escola convive com a necessidade de estabelecer um sistema nacional para a formação continuada de professores capaz de abranger contingentes necessários para suprir a escolarização básica nacional.

8. AVALIAÇÃO

A avaliação da aprendizagem dos alunos, realizada pelos professores, juntamente com a equipe pedagógica, leva em consideração o desenvolvimento global do educando. Para isso deve assumir um caráter processual, formativo e participativo visando não só os aspectos quantitativos, mas também os qualitativos. Não basta apenas o aluno estar na escola, ele precisa aprender. E para saber se a qualidade do ensino atende às necessidades desse aluno, é necessário avaliar continuamente para diagnosticar as dificuldades e saná-las enquanto há tempo. Para Caldeira (2000)

A avaliação escolar é um meio e não um fim em si mesmo; está delimitada por uma determinada teoria e por uma determinada prática pedagógica. Ela não ocorre num vácuo conceitual, mas está dimensionada por um modelo teórico de sociedade, de homem, de educação e, conseqüentemente, de ensino e de aprendizagem, expresso na teoria e na prática pedagógica. (CALDEIRA, 2000.p. 122)

Partindo desse pensamento, as avaliações da Escola Municipal Flores do Campo são realizadas de diversas formas e com objetivos diferentes. Quando os professores trabalham um conteúdo, geralmente a avaliação da aprendizagem é feita diariamente ou no final de cada aula na intenção de haver uma intervenção imediata. Outro método de avaliação usado pela escola é a avaliação bimestral onde é medido o desenvolvimento ou a consolidação das competências trabalhadas no bimestre. São atribuídos conceitos de acordo com o resultado obtido e, com base na matriz de referência dessa avaliação, acontece a intervenção pedagógica de acordo com a dificuldade de cada aluno. O rendimento dos alunos dessa instituição também é avaliado pelas avaliações externas: PROALFA, PROEB, a Prova Brasil e a Provinha Brasil. Os resultados são apresentados aos pais dos alunos através do boletim escolar em reuniões bimestrais. Os resultados das avaliações externas também seguem o mesmo padrão de resultados das avaliações internas ainda não são satisfatórios. Porém, através do empenho dos profissionais da escola, com a participação e o

acompanhamento das famílias e com aulas de intervenção pedagógica serão possíveis resultados satisfatórios. No encerramento do ano letivo, os alunos que não alcançaram os objetivos propostos fazem e os estudos independentes de recuperação. A escola deve comunicar aos pais, ou responsáveis, por escrito, o resultado final da avaliação da aprendizagem dos alunos, informando, inclusive, a situação de progressão parcial, quando for o caso.

9- REFERÊNCIAS

BAZERMAN, M.H. **Processo Decisório: para cursos de Administração, Economia e MBAs**. Rio de Janeiro: Elsevier Editora, 2004.

BRASIL.Ministério da educação-MEC. **Indicadores da qualidade na Educação**.São Paulo.Ação Educativa,2004.

_____, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira- LDB 9394/96**, Brasília; 1996.

_____, **Plano Nacional de Educação**, Brasília; 2001.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. **Ressignificando a avaliação escolar**. Comissão Permanente de Avaliação Institucional: UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000.

MINAS GERAIS. Secretaria Estadual Educação. **Resolução 2.197**. Belo Horizonte, outubro de 2012.

_____. Secretaria Municipal de Educação de Itamarandiba. **Decreto nº 3238/2012**. Itamarandiba, 2012.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu. (Org.). **Currículo, cultura e sociedade**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Parecer CNE/CEB nº 11/2010 – **Diretrizes Curriculares para o ensino Fundamental de 9 (nove) anos**.

PETITAT, André. **Produção da escola, produção da sociedade: análise sócio-histórica de alguns momentos decisivos da evolução escolar no ocidente**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SACRISTAN, J. Gimeno. **Poderes instáveis em educação**. Tradução de Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artmed, 1999.

TEIXEIRA, Inês Assunção de Castro. **Cadências escolares, ritmos docentes. Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 87-108, jul./dez. 1999.